MINERAÇÃO

País cria lista de minerais críticos

Nova política oferece incentivos em toda a cadeia produtiva para transformar recursos minerais em desenvolvimento

» PEDRO JOSÉ BORGES

Cadu Gomes/VPR



O Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos realizou ontem a sua primeira reunião

O governo federal regulamentou a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e estabeleceu três níveis de prioridade para orientar a atuação do Estado no setor. A norma foi assunto, ontem, da primeira reunião do Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (Cimce), responsável por elaborar e atualizar a lista oficial das substâncias, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O decreto que regulamenta a PNMCE, sancionada em setembro, foi publicado em edição extra do *Diário Oficial da União* (*DOU*) de quarta-feira. Segundo as regras, a relação das substâncias será revisada ordinariamente a cada quatro anos e levará em conta fatores como risco geopolítico, concentração da oferta, possibilidade de substituição, participação do Brasil na cadeia produtiva e dependência de importações.

A classificação foi dividida em três categorias. A Classe I, de prioridade alta, reúne terras-raras, grafita, lítio, níquel, cobalto, cobre, manganês, silício e urânio. Essas substâncias exigem atuação prioritária do poder público, devido à relevância para os interesses nacionais e à intensidade dos riscos ou oportunidades estratégicas.

Na Classe II, de prioridade média, estão tungstênio, cromo, vanádio, tântalo, titânio, fosfato, potássio e enxofre. A Classe III, de prioridade baixa, inclui nióbio, estanho, ferro, zinco, ouro, magnésio, molibdênio, tório, alumínio e metais do grupo da platina. Nesse nível, a atuação será voltada ao monitoramento estratégico e à reavaliação periódica.

Para que um mineral seja considerado crítico, o decreto estabelece três requisitos: ser indispensável para setores-chave da economia nacional; apresentar vulnerabilidade de oferta, relacionada a fatores como dependência de importações, baixa produção interna e riscos geopolíticos; e ter possibilidade de escassez capaz de afetar a economia, o emprego, a produção, a transição energética, a segurança alimentar ou a soberania nacional.

Já a classificação como estratégico exige a existência de reservas significativas no Brasil, com posição de destaque na oferta mundial, e contribuição para pelo menos um dos seguintes objetivos: geração de superavit na balança comercial, desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento regional com geração de emprego e renda ou redução das emissões de gases de efeito estufa na cadeia produtiva.

Durante o evento de apresentação dos níveis de prioridade, Lula afirmou que a política busca ampliar a participação brasileira na exploração e no processamento de recursos minerais. O presidente defendeu a cooperação com outros países e a atração de investimentos privados para o setor. "O objetivo atual é demonstrar que é possível construir um país diferente", afirmou.

O presidente disse que o governo não pretende concentrar o controle da exploração e da industrialização mineral, mas estabelecer parcerias para desenvolver essas atividades.

Mais tarde, durante a chamada "live da vitória" junto com o deputado federal André Janones (Rede-MG), o presidente reafirmou a importância de garantir que todas as etapas da produção sejam feitas dentro do país. "Nós queremos aproveitar as terras raras e os minérios críticos para pesquisar, extrair, transformar, industrializar e produzir o produto acabado aqui, para gerar emprego para as pessoas. A empresa estrangeira quer participar? Seja bem-vinda, porque não temos dinheiro de sobra, mas tem regra: tem que ser transformado aqui no Brasil para que esse país seja dono da sua riqueza. E a gente não vai permitir o que aconteceu com o ouro durante mais de 150 anos. O Brasil ficou com o buraco, Portugal ficou com os castelos e fez a revolução industrial. Queremos que as coisas aconteçam aqui no nosso território."

SAÚDE

Consciência socioambiental no agro

» CAETANO YAMAMOTO

Além de fazer bem para a saúde, a cadeia de produção dos fitoterápicos está alinhada às boas práticas de sustentabilidade, exigência do mundo contemporâneo. A opinião é do especialista Euclides Lara Cardozo Junior, farmacêutico e engenheiro agrônomo da Sustentec — instituição focada no desenvolvimento sustentável e parcerias público-privadas para a flora nacional e plantas medicinais.

Cardozo Junior observa que o trabalho com plantas medicinais possui a característica de aliar as questões relacionadas à sustentabilidade ambiental e social à melhoria da qualidade de vida e dos padrões de saúde da população. "Ao trabalharmos com plantas medicinais e agregarmos valor a elas — produzindo extratos e fornecendo-os com alto grau de padronização e tecnologia —, trazemos uma opção terapêutica confiável para os usuários desses medicamentos. Além disso, geramos benefícios econômicos ao proporcionar uma melhoria na remuneração das matérias-primas fornecidas pelos agricultores, parceiros ou associados da Sustentec", explica.

Entretanto, ele aponta que trabalhar com os medicamentos fitoterápicos no Brasil é um grande desafio, uma vez que a falta de investimento e incentivo no setor são gargalos a serem enfrentados. Além disso, de acordo com o farmacêutico, o setor enfrenta dificuldades do ponto de vista regulatório, pois as regras para a produção de medicamentos no país são todas direcionadas aos medicamentos sintéticos — que possuem outras características e formas de produção —, bem como aos medicamentos biológicos.

"Os medicamentos oriundos de plantas possuem suas próprias peculiaridades e, infelizmente, o nosso arcabouço legal ainda não está totalmente adequado para o melhor aproveitamento da nossa flora medicinal e para o desenvolvimento de medicamentos a partir dela. Esse é um dos principais desafios atuais, somado à questão do mercado, principalmente no âmbito das compras públicas", frisou.

Segundo o entrevistado, o Brasil consome um montante considerável de medicamentos no sistema público de saúde, mas os fitoterápicos não estão contemplados nessas aquisições, o que ocasiona um completo desequilíbrio no mercado e uma falta de prioridade na produção desse tipo de medicamento.

"Além disso, existem poucos estudos sobre plantas medicinais nativas do Brasil, o que deixa o país em desvantagem quanto ao aproveitamento de sua flora medicinal. Atualmente, muitos produtos fitoterápicos no mercado são produzidos com extratos vegetais importados da Ásia, da Europa e dos Estados Unidos, enquanto aproveitamos muito pouco o potencial medicinal das nossas plantas nativas", ressaltou.

Freepik



A fitoterapia é um tratamento baseado no uso de plantas medicinais

Euclides diz ainda que o Brasil precisa se posicionar como um país competitivo no mercado global. Segundo ele, para reverter esse quadro, é indispensável um forte apoio público que possibilite o consumo de medicamentos fitoterápicos pela população no sistema público de saúde.

"A realidade atual é que a falta de incentivo governamental, principalmente pela não incorporação de produtos fitoterápicos nas aquisições do sistema público de saúde, acaba gerando uma falta de interesse e de demanda por esses produtos. Assim, o mercado encontra-se reduzido e sem expansão", conclui.

Metas

O Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio), que contempla os fitoterápicos, estabelece, entre suas metas, a incorporação de novos produtos ao SUS e o aumento da presença de fitoterápicos fabricados no país para ao menos 5% do mercado farmacêutico nacional até 2035. Hoje, essa fatia é estimada em 0,5%.

Lançado em abril deste ano, o plano tem o objetivo de amplicar o mercado no país. O faturamento do setor de fitoterápicos no Brasil, em 2022, girou em torno de US$ 173 milhões, o que representa menos de 0,1% do mercado global. Com as metas em discussão, esse volume pode chegar a R$ 10 bilhões, com impacto potencial na valorização da biodiversidade, na geração de empregos e na ampliação do acesso à saúde. A projeção foi realizada através do estudo do Instituto Escolhas, lançado no início deste ano.

Euclides conta que foi a partir de diversas parcerias com o setor público e por iniciativa dos próprios associados, que a Sustentec iniciou, em 2010, a produção de extratos de plantas a partir de tecnologias de extração e secagem.

"Esses insumos são os extratos incorporados nas formulações de medicamentos. Portanto, a Sustentec não produz medicamentos fitoterápicos propriamente ditos; produzimos os extratos, ou seja, os ativos que serão incorporados às formulações", destacou.

Para entender como o Brasil pode aproveitar sua biodiversidade e ampliar o desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos, o **Correio Braziliense**, com o apoio do Instituto Escolhas, irá promover a discussão "Desafios dos Fitoterápicos no Brasil". Encontro reunirá especialistas, no dia 10 de novembro, a partir das 15h, para debater o tema.

***Estagiário sob a supervisão de Edla Lula**

JUSTIÇA

Dino marca audiência sobre o fim da 6X1

» RENATO SOUZA

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), marcou para o dia 10 deste mês uma audiência pública para discutir a entrada em vigor da Emenda Constitucional que reduziu a jornada de trabalho e acabou com a escala de trabalho 6x1. O magistrado atendeu ao pedido da Confederação Nacional de Bens, Serviços e Comércio (CNC). A entidade aponta que a entrada em vigor da medida pode prejudicar as vendas de final de ano.

No despacho, Dino destaca que "a redução da jornada e a ampliação do repouso semanal não estão em negociação, em se tratando de Emenda Constitucional aprovada pelo Congresso Nacional", mas que poderão ser discutidos aspectos da implementação da nova jornada.

Na ação apresentada no Supremo, a confederação alega que, "sem autorização coletiva, a distribuição das 42 horas em cinco jornadas de 8 horas resulta, na prática, em 40 horas já em dezembro de 2026, o que esvazia a etapa intermediária criada pela própria Emenda". Dino destacou que a Constituição é soberana para limitar as ações do poder público e das empresas e grupos privados.

